

Dinheiro.

Sindieux vai pedir liminar

Ação será para vistoria e liberação de mercadorias paradas no porto devido à greve da Anvisa e à operação-padrão da Receita.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

O PAÍS É DE VELHOS... ...MAS A APOSENTADORIA NÃO VAI MUDAR TÃO CEDO

Governo insiste em adiar reforma, que propõe idade mínima

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

O déficit da Previdência Social só aumenta, mas uma solução para evitar uma catástrofe como ocorreu na Grécia está cada vez mais longe de ser colocada em prática. Novamente, o governo adiou a votação das novas regras para a aposentadoria. O assunto seria discutido no mês que vem, na Câmara, mas agora deve ficar para depois das eleições ou só para o ano que vem.

A ideia era estipular a fórmula 85/95 (soma da idade com tempo de contribuição) como substituta do fator previdenciário.

O resultado para as mulheres deveria ser 85 e para os homens 95. O cálculo valeria apenas para um grupo dos trabalhadores. Os mais jovens teriam o aumento progressivo das exigências até o estabelecimento do fator 90/100.

Para a aposentadoria, a mulher deveria ter 30 anos de contribuição e 60 de idade. Já o homem, 35 anos de serviço e 65 de idade.

A votação foi anunciada pelo ministro da Previdência Garibaldi Filho. Na ocasião, ele também chegou a falar sobre possíveis mudanças na concessão de pensões por morte. As viúvas que se casam novamente poderiam perder o direito à pensão. O benefício também seria extinto para os filhos que chegam a maioridade.

O Brasil atingiu no ano passado a marca nacional e mundial de pagamento de pensões por morte. O total repassado em 2011 foi de cerca de R\$ 60 bi-

DÉFICIT

R\$ 2,7

bilhões

É o déficit do INSS em junho, valor 38,1% maior ante o mesmo mês de 2011.

lhões. Esse total correspondeu a 2,8% PIB.

"Havia a intenção do presidente da Câmara (Marco Maia) de votar em agosto, mas em função do calendário de medidas provisórias não foi possível avançar nas negociações com o Congresso. Então não há mais previsão de quando será isso", disse o secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim.

Apesar do problema de calendário citado pelo secretário, ele admitiu que o Executivo também não fechou uma proposta única sobre as mudanças. Além da Previdência, também se debruçam sobre as novas medidas os ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O secretário salientou que, nos moldes de hoje, o sistema previdenciário brasileiro é muito parecido com o grego, um dos estopins da crise naquele país.

"As pessoas se aposentam cedo, mas com um corte brutal do fator, que corta 31% do benefício. Não dá para imaginar que é viável as pessoas se aposentarem em média com 54 anos. Em nenhum lugar do mundo isso se sustenta", argumentou. (Com informações de agências)



Para descansar ao sair da ativa, trabalhador terá de refazer cálculos sobre ganhos

DIVULGAÇÃO

Mordida do INSS será informada

As empresas terão que comunicar todos os meses aos seus empregados, por meio de documento, os valores recolhidos do INSS. A determinação foi publicada ontem Diário Oficial da União, em lei sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

Mas a data da mudança e os detalhes de como isso deverá ser feito serão definidos por meio de regulamento, que ainda precisa ser elaborado.

O secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo Rolim, explicou que os trabalhadores que possuem conta-corrente no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal já recebem a informação mensalmente.

Até agora, de acordo com ele, a obrigação das empresas era passar os dados aos sindicatos das categorias. Assim, quando o funcionário quer uma atualização sobre o recolhimento previdenciário tem que pedir as informações nesses locais.

"Com a mudança, a empresa é que ficará responsável por fornecer o valor diretamente para o funcionário, mas vamos ver como é que isso será regulamentado. Isso evitará que o trabalhador tenha uma surpresa negativa no futuro", disse Rolim. (Agência Estado)

AS MUDANÇAS EM ANÁLISE

Aposentadoria

▼ Fator previdenciário

O governo estuda acabar com o fator previdenciário, que hoje reduz a aposentadoria. Ela leva em conta a idade e o tempo de contribuição do segurado e é aplicada em cima da média de 80% dos maiores salários do trabalhador.

▼ Fator 85/95

É o resultado da soma da idade com o tempo de contribuição. Apesar de ela acabar com o fator previdenciário, continuará a exigir pelo menos 30 anos de contribuição para as mulheres e 35 para os homens. Além disso, em vez de fazer a média de

80% dos maiores salários, o INSS vai usar a média dos 70% maiores vencimentos. Isso vai garantir benefício maior.

▼ Idade mínima

O governo deve colocar limite de idade ou o fator 90/100 de forma progressiva. A idade será de 60 anos para mulher e 65 para homens. O tempo de contribuição também deve continuar a ser 30 e 35 anos.

Pensão

▼ Carência

Uma das propostas é estabelecer prazo de carência e limites para pensões deixadas a parentes e descendentes. Ainda não

foi divulgado o número de contribuições que serão exigidas para que um segurado deixe pensão para a família.

▼ Valores

Não haverá corte nos valores das pensões. Continuará a ser usada a média de 80% dos maiores salários.

▼ Novo casamento

Mulheres que se casarem novamente podem perder o direito à pensão.

▼ Filhos

O benefício pode ser oferecido aos filhos do segurado falecido até que estes atinjam a maioridade e se tornem independentes.